



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS / Primeira Turma da Corte analisa se aceita a denúncia da PGR contra o ex-presidente e outros integrantes do chamado “núcleo duro” da tentativa de golpe de Estado, depois do segundo turno da eleição de 2022

STF começa a decidir destino de Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a analisar, hoje, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e ex-integrantes do seu governo por tentativa de golpe de Estado, depois das eleições presidenciais de 2022. Os cinco ministros que compõem o colegiado decidem, em sessões hoje e amanhã, se os integrantes do chamado “núcleo 1” — considerado o cérebro da organização da trama antidemocrática — devem tornar-se réus.

Isso não quer dizer que Bolsonaro e os outros envolvidos na tentativa de golpe começarão a ser julgados agora. A turma avaliará se a denúncia tem consistência para tornar-se ação penal. No mês passado, a PGR denunciou 34 pessoas, divididas em núcleos, por estimular e realizar atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo a Procuradoria, Bolsonaro tinha ciência de tudo e teve participação ativa na manobra que impediria a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República.

A denúncia também destaca o plano para matar o presidente eleito, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que integra a Primeira Turma. Outro ramo do plano golpista é o apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação das sedes dos três Poderes — como a última cartada do plano de ruptura institucional.

Segundo o inquérito da Polícia Federal (PF), Bolsonaro teve participação direta nas articulações golpistas. “Planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva” dos atos que levariam ao golpe de Estado, que não se consumou por “circunstâncias alheias à sua vontade”.

O Ministério Público Federal (MPF) aponta o ex-presidente como o chefe dos golpistas. Caso a denúncia seja aceita, além de Bolsonaro serão julgados os ex-ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública). Na lista constam, ainda, o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), então diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ajudante de ordens da Presidência.

O grupo foi denunciado por organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

Competência

No período da apresentação das denúncias, as defesas dos envolvidos questionaram aspectos do trâmite da ação: a competência da Primeira Turma para julgar o caso; a participação dos ministros Zanin, Moraes e Flávio Dino no colegiado; e a nulidade da delação premiada de Mauro Cid. Os argumentos foram rejeitados pela PGR e pelo STF.

O processo ficou no colegiado devido a mudanças regimentais da Corte. Em 2023, foi restabelecida a competência das turmas para analisar casos penais.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Integrantes da PM do DF começaram a se postar, ontem, próximo ao STF, que voltou a ficar isolado na tentativa de proteger a Corte de ações de radicais

Um processo polêmico

Entenda passo a passo da análise da denúncia da PGR no STF



O que será analisado

A denúncia da PGR aponta uma trama golpista para manter Jair Bolsonaro no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O plano também previa o assassinato de autoridades. Os ataques de 8 de janeiro de 2023 seriam a última cartada do grupo criminoso

Quem será julgado



Jair Bolsonaro
(ex-presidente da República)

PGR diz que ele era o líder da organização criminosa e tinha participação ativa na trama golpista. O objetivo era se manter no poder, mesmo após derrota nas eleições presidenciais.

O que diz a defesa — Advogados reclamaram de suposta falta de acesso a provas e pediram anulação de delação de Mauro Cid.



Walter Braga Netto
(ex-ministro da Casa Civil)

Vice de Bolsonaro na chapa de 2022, é acusado de ser o financiador do plano. Está preso por suspeita de interferência na investigação da PF.

O que diz a defesa — Advogado classificou as acusações como “ilógicas e fantasiosas” e pediu a rejeição da denúncia.



Augusto Heleno
(ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional)

É apontado como a pessoa que, ao lado de Bolsonaro, participou de uma transmissão na internet para disseminar fake news sobre o processo eleitoral.

O que diz a defesa — Advogados pediram absolvição sumária e alegaram que não há elementos mínimos que apontem envolvimento do militar em crimes.



Paulo Sérgio Nogueira
(ex-ministro da Defesa)

Acusado pela PGR de endossar críticas às urnas eletrônicas, de instigar o golpe e de apresentar uma versão do decreto golpista.

O que diz a defesa — Advogados dizem que ele não atuou para “dar golpe de Estado ou abolir violentamente o Estado democrático de Direito”.



Anderson Torres
(ex-ministro da Justiça)

Era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal em 8 de janeiro. PGR cita “estratégia deliberada de afastamento e convivência com as ações violentas” e a minuta golpista encontrada na casa dele.

O que diz a defesa — Chamou denúncia de “obra de ficção”, “irresponsável” e questionou julgamento no STF.



Alexandre Ramagem
(deputado federal e ex-diretor da Abin)

Segundo a denúncia, atuou para descredibilizar o sistema de votação. Ele teria “instrumentalizado” a agência para uso político.

O que diz a defesa — Advogados argumentam que Ramagem deixou o governo Bolsonaro antes da data do planejamento do golpe descrito pela Procuradoria.



Almir Garnier
(ex-comandante da Marinha do Brasil)

De acordo com a Procuradoria, enquanto os comandantes Exército e da Aeronáutica se posicionaram contrários a aderir a trama golpista, o almirante teria colocado tropas à disposição do plano.

O que diz a defesa — Advogados negaram participação ativa do militar em golpe e afirmaram que Garnier se manteve inerte em relação a uma suposta trama golpista.



Mauro Cid
(tenente-coronel do Exército)

Ex-ajudante de ordens da Presidência, o militar é acusado de ser o porta-voz de Bolsonaro e transmitir as orientações e ordens aos membros do grupo. Em delação premiada, ele detalhou os detalhes do plano golpista.

O que diz a defesa — Advogados reiteraram validação de acordo de delação e pediram absolvição do militar. Segundo eles, embora confirme os fatos relatados por Cid em depoimentos, isso não significa concordar automaticamente com as acusações feitas pela PGR.

Detalhes da denúncia

15.824 páginas

34 acusados pela PGR

Etapas do processo

Indiciamento — Documento de 884 páginas da Polícia Federal indiciou 37 pessoas por um suposto envolvimento em um plano de golpe de Estado.

Denúncia — PGR denuncia 34 por participação na trama golpista.

Análise da denúncia — STF julga se denunciados pela Procuradoria devem virar réus.

Ação penal — Caso a denúncia seja aceita pela Turma, os envolvidos se tornam réus e uma ação penal será aberta. Serão tomados depoimentos dos réus e das testemunhas.

Julgamento — Análise do mérito, com absolvição ou condenação dos réus.

Quem irá julgar

- Alexandre de Moraes (relator)
- Cristiano Zanin
- Flávio Dino
- Cármen Lúcia
- Luiz Fux

Próximos julgamentos

Núcleo operacional
8 de abril

Núcleo gerenciamento de ações
29 e 30 de abril

Passo a passo do julgamento

- Leitura do relatório
- Posicionamento da PGR
- Apresentação das defesas (15 minutos cada)
- Voto do relator
- Votos do colegiado

Quem participa do julgamento

- Paulo Gonet, procurador-geral da República
- Defesas dos réus

Valdo Virgo/CB/D.A Press

A denúncia está na Primeira Turma porque, Moraes, que é relator do caso, a integra.

Ao rebater as defesas, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também afastou a hipótese de nulidade da delação de Mauro Cid. Disse que “não há fato novo que justifique a alteração desse entendimento” e que o tenente-coronel reforçou “a voluntariedade da pactuação e o seu compromisso com o cumprimento das cláusulas estabelecidas”.

Zanin, que preside a turma, marcou para hoje e amanhã as sessões relativas à denúncia. A partir das 9h30, o ministro fará a abertura da análise e, depois, passará a palavra a Moraes. Em seguida, a expectativa é ouvir as defesas dos oito denunciados, mais Gonet. À tarde, Moraes deve fazer a leitura do relatório e dar voto dizendo se aceita a denúncia.

A sessão de amanhã deve servir às manifestações dos demais ministros do colegiado. Se for rejeitada, a denúncia será arquivada; se aceita, começará a ação penal. Depois, há a etapa de produção de provas pela acusação e da parte das defesas. Nessa fase, serão coletadas provas, realizadas oitivas de testemunhas e analisados documentos que reforcem ou enfraqueçam a acusação.

Na sequência, os magistrados decidirão pela condenação ou absolvição dos réus. A data de um possível julgamento não está definida e o processo pode ser julgado neste primeiro semestre.

Segurança reforçada

Por ser uma ação que mobiliza críticos e defensores de Bolsonaro, o STF reforçou a segurança no perímetro da Corte. A justificativa é que foram feitas análises de risco, diante da importância do caso.

A Secretaria de Polícia Judicial será a responsável por coordenar as medidas preventivas, para garantir a segurança de magistrados, servidores, advogados, jornalistas e outros que acompanharão as sessões no STF. O plano conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF).

As principais medidas de segurança são: maior controle de acesso ao prédio e áreas restritas; monitoramento contínuo do ambiente, com câmeras e inteligência policial; policiamento reforçado, com aumento do efetivo dentro e fora do STF; e equipes de pronta resposta, para eventuais emergências.

Segundo a SSP-DF, não estão previstos fechamentos de vias na Esplanada dos Ministérios. A Polícia Militar (PM) e o Detran-DF farão intervenções apenas em caso de necessidade. “A Esplanada não será fechada. A segurança reforçada, mas sem fechamento”, disse ao **Correio** o secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar. O estacionamento de veículos ao longo dos meios-fios será restringido em toda a Esplanada.

Em 13 de novembro do ano passado, o bolsonarista Francisco Wanderley Luiz, 59 anos (conhecido como Tiu França), lançou artefatos contra o STF e tirou a própria vida depois que seguranças da Corte descobriram a tentativa de atentado que ele pretendia levar adiante. Duas explosões foram ouvidas na Praça dos Três Poderes: uma, depois que ele lançou uma bomba de pequeno poder explosivo contra a estátua da Justiça, em frente ao Supremo; outra, em um carro estacionado no Anexo IV da Câmara dos Deputados — que pertencia ao extremista.